



História Unicap  
ISSN 2359-2370

# Desastres e Gênero: a natureza da vulnerabilidade no Sul de Santa Catarina (1974-2004)

*Disasters and Gender: the vulnerability's nature in the  
south of Santa Catarina State (1974-2004)*

**Alfredo Ricardo Silva Lopes\***

[alfredorsl@gmail.com](mailto:alfredorsl@gmail.com)

**Guilherme Rodrigues Passamani\*\***

[grpassamani@gmail.com](mailto:grpassamani@gmail.com)

## Resumo:

Os Desastres Socioambientais que ocorreram no Sul de Santa Catarina (Brasil) entre 1974 e 2004 são compreendidos neste trabalho como acontecimentos totalizantes, pois neles se desenrolam todas as dimensões da formação da estrutura social. Desta forma, as desigualdades de gênero são avaliadas nos momentos em que a sensação de normalidade da vida é suspensa. A crença da suspensão da normalidade pôde ser reavaliada neste trabalho, pois percebeu-se que antes, durante e após os desastres a interação social e ambiental se ampara nos arranjos sociais e construções culturais previamente estabelecidos. Assim, as vulnerabilidades inerentes aos lugares sociais são potencializadas no contexto dos desastres.

## Palavras-chave:

Desastres Socioambientais; Gênero; História Ambiental; Santa Catarina.

## Abstract:

*The Socioenvironmental Disasters that occurred in the south of Santa Catarina (Brazil) between 1974 and 2004 are understood in this paper as totalizing events, because in them all the dimensions of the formation of the social structure are unfold. Thus, gender inequalities are assessed at times when the sense of normality of life is suspended. The belief in the suspension of normality could be reevaluated in this work, since it was realized that before, during and after disasters, social and environmental interaction is based on previously established social arrangements and cultural constructions. Thus, the inherent vulnerabilities of social places are enhanced in the context of disasters.*

## Keywords:

*Socioenvironmental Disasters; Gender; Environmental History; Santa Catarina State.*

\* Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – (UFMS/Campus Pantanal.

\*\* Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

## Introdução

O presente artigo discute o lugar das desigualdades de gênero quando a normalidade é percebida como suspensa nos momentos de desastre. Nosso recorte aqui são os desastres socioambientais no Sul de Santa Catarina no período compreendido entre 1974 e 2004. A premissa de que a normalidade das relações entre os indivíduos e o ambiente é rompida nos momentos em que as águas saem do leito dos rios, ou quando a terra desliza na direção das pessoas, é fundamental para compreender os limites da suspensão de tal normalidade. A hipótese levantada neste trabalho é de que, enquanto os desastres são vivenciados, as relações entre pessoas e ambiente não se transformam drasticamente.

A História Ambiental vem debruçando suas preocupações sobre os desastres para compreender como são produzidos ou potencializados, não só pelas forças do mundo natural, mas, também, pelas estratégias políticas, econômicas e culturais utilizadas pelos seres humanos para interagir com o meio ambiente. Ted Steinberg em *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America* enfatiza a crescente desmistificação da ocorrência dos desastres ao longo do Século XX (STEINBERG, 2006). Ao abordar o Rio de Janeiro da década de 1960, a historiadora Lise Sedrez destaca a ação do Estado e as expectativas da população, sendo uma de suas preocupações, evidenciar como a sensação de segurança criada pela vida em sociedade é destruída pela ocorrência do desastre (SEDREZ, 2013). Já o historiador ambiental inglês Greg Bankoff, ao tratar das ameaças constantes de desastres que os filipinos estão sujeitos, destaca ferramentas culturais usadas para interagir com a situação de risco, em que fica evidente o alargamento da ideia de normalidade. Neste contexto, o desastre não é compreendido como anormal, diferente do que as ciências sociais ocidentais têm preconizado (BANKOFF, 2009).

Na tentativa de dialogar com essas teorias a partir de dados empíricos, as entrevistas para esta pesquisa foram realizadas no sul de Santa Catarina entre 2011 e 2015. A preocupação geral do trabalho foi avaliar se (e como) a percepção ambiental dos indivíduos se transforma após a experiência de um desastre. Foram selecionados indivíduos que experienciaram os desastres e atualmente vivem em áreas de risco. Sendo assim, essa não foi uma pesquisa que buscava avaliar unicamente as desigualdades imputadas a homens e mulheres na forma com que lidavam com o meio natural e si mesmos. Invariavelmente, a percepção do entrevistado estava circunscrita ao local onde morava e trabalhava (meio urbano ou rural); e aos tipos e quantidade de desastres experienciados. Entretanto, uma variável que não sofria mudança nos momentos de pretensa disrupção: a percepção dos indivíduos sobre seus lugares sociais com base na identidade de gênero que se identificavam.

Ainda tratando de questões metodológicas, para situar o leitor, é preciso uma nota explicativa dizendo que a História Oral surge como metodologia de levantamento de fontes por possibilitar o acesso a narrativas que normalmente não são registradas, tanto pela natureza dos relatos, quanto pelos sujeitos que concedem as entrevistas. Estas mulheres e homens que sofrem com o impacto das intempéries climáticas, normalmente, estão em alguma situação de vulnerabilidade, pois são levados a se estabelecer em áreas de risco. Assim, a História Oral possibilita o acesso a percepções, memórias e narrativas de indivíduos que só nas últimas décadas foram compreendidos como sujeitos históricos.

O recorte cronológico de 1974 a 2004 tem como base os desastres mais marcantes na memória dos entrevistados no sul de Santa Catarina. Receberam destaque: a enchente e os deslizamentos de 1974 espalhados por toda a região sul; a enchente e os deslizamentos de 1995 no extremo sul; e, finalmente, o Furacão Catarina que chegou à costa catarinense em 2004. Diversos outros desastres menos impactantes foram arrolados pelos entrevistados como importantes, mas estes três podem ser vistos como desastres arquetipos, calamidades que devido às suas proporções ou a características especiais solapam a memória de outros eventos (STEINBERG, 2009, p. 25).

A conceituação de desastre e gênero, enquanto categorias de análise, transformou-se ao longo das últimas décadas. A definição de desastre nas ciências naturais perpassou uma caminhada antropocêntrica. Ele só era evidenciado no momento que fenômenos naturais severos incidiam sobre os locais onde os seres humanos viviam, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (socioeconômicos) (KOBAYAMA *et al*, 2006). Com o crescente debate no meio científico e uma percepção menos antropocêntrica dos eventos extremos, Cleber Marques de Castro *et al*. definiram desastre como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e prejuízos de diversas naturezas (CASTRO *et al*, 2005). Desta forma, o desastre passou a ser encarado não mais como reflexo apenas das forças da natureza, mas, sim, como resultado de interações ambientais, sociais e especialmente culturais. Por exemplo, por mais que a chuva ocorra sem interferência do homem, o solo que recebe essa água é continuamente transformado tanto pela ação de forças humanas, quanto pela natureza; ainda precisa se ressaltar que as ações e respostas produzidas antes e depois do desastre são inteiramente fruto das compreensões e percepções que os indivíduos produzem e negociam no âmbito da sociedade (LOPES, 2015).

Tal como as disputas, observadas acima, em torno da noção de desastre, também ocorrem em torno da categoria gênero. Até meados do Século XX, esse conceito fora, hegemonicamente, compreendido como indissociável de sexo. A prerrogativa de verdade sobre essas categorias era das ciências biomédicas (FAUSTO-STERLING, 2001). Ainda que nas humanidades já começasse a se construir um outro olhar, muito provocado pela militância política do movimento feminista, um olhar mais sociocultural ainda carecia de legitimidade acadêmica (PISCITELLI, 2009). No entanto, as transformações culturais e a revolução dos costumes fizeram com que avançasse uma pluralidade de teorias. A antropóloga Carole Vance afirma que a antropologia “redescobre a sexualidade” (1995).

De uma visão dualista, binária, essencializada pela biologia, e naturalizada pela sociedade, masculino e feminino passam a ser problematizados. A primeira dessas etapas de problematização compreende que o sexo, a anatomia, a fisiologia, é um dado essencial da natureza e que o gênero seria um constructo cultural que vestiria a natureza sexuada. Essa foi uma visão muito potente e que obteve muita adesão durante algumas décadas do século XX (VANCE, 1995). Aqui, podemos pensar então o que seria próprio de cada sexo e, por conseguinte, de cada gênero. Certa vez, por exemplo, uma ministra do estado brasileiro teria dito, em consonância com essa visão bastante datada, que: *menino veste azul, menina veste rosa*. Podemos alargar isso para pensar o mundo do trabalho, o espaço público, ou quem sabe até as funções durante os desastres.

Um outro deslocamento ocorre quando se compreende que há sobre os debates que envolvem sexo e gênero uma *variação cultural*. Ou seja: continua existindo uma natureza sexuada, essencial, determinada pela biologia, mas cada cultura estabelece os valores, os códigos que vestirão esse sexo dado *a priori* (VANCE, 1995). Ainda tomando como alegoria as falas da ministra, poderíamos generalizar a existência de um sexo de meninas e outro de meninos, mas cada cultura determinaria qual cor seria apropriada para cada um desses sexos.

Por fim, houve mais um deslocamento, devedor das reflexões pós-estruturalistas, compreende que sexo e gênero são frutos de uma construção cultural e que não existem como dados apriorísticos e essenciais. Essa visão coloca em tela os limites entre natureza e cultura no sentido de defender a preeminência da cultura. Tudo seria cultura e não existiria nada pré-discursivo. Portanto, a cultura determinaria, inclusive, os limites do biológico. É nesse sentido, que Judith Butler (2003) vai dizer que sexo foi desde sempre gênero. Porque foi o gênero, a reflexão cultural, os atos performativos, repetitivos que construíram um entendimento, uma inteligibilidade para o sexo. Um limite. Uma função.

Dessa forma, percebe-se que lugar do qual estamos acionando esses dois conceitos (desastre e gênero) é um lugar tensões e disputas. Nesse caso, poderíamos dizer que uma relevância dos estudos sobre desastres socioambientais não reside somente na busca pela compreensão da relação dos seres humanos com o meio ambiente, mas, também, na observação das maneiras com que a sociedade estrutura seu funcionamento de uma forma mais ampla. Assim, ao avaliar as dinâmicas de interação da natureza e a sociedade é possível perceber os seres humanos como mais uma das tantas espécies vivas que habitam esse planeta.

Na primeira parte do artigo, em “A Natureza do Desastre”, é discutida a conceituação do desastre com base em estudos sociológicos e históricos. São trazidos, ainda, elementos teórico-metodológicos da História Ambiental e História Oral para compreender as análises realizadas na próxima seção. Em “A Estrutura da Vulnerabilidade” são avaliadas as memórias dos sobreviventes com base nas percepções das entrevistadas e entrevistados sobre as expectativas em relação às performances de gênero quando suas vidas estão em perigo.

## A Natureza do Desastre

No Estado de Santa Catarina a catalogação das informações sobre os desastres começou na década de 1980. A geógrafa Maria Lúcia de Paula Herrmann, juntamente com a equipe do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina, a pedido do Governo Estadual, elaborou o primeiro Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina no ano de 2015 (HERRMANN, 2005). No volume, os Relatórios de Avaliação de Danos enviados pelas prefeituras à Defesa Civil esclarecem que de 1980 a 2004 foram totalizadas nos municípios catarinenses “1.299 ocorrências de inundações graduais, 555 de inundações bruscas, 140 de escorregamentos, 492 de estiagens, 342 de granizos, 502 de vendavais e 43 episódios de tornados” (HERRMANN, 2005, p. 127). O sul de Santa Catarina também se fez semelhante a todo o Estado, no total foram registrados 346 desastres, relatados exclusivamente como naturais. A maior parte está relacionada a inundações, que totalizam 257 ocorrências, destas 179 (51,7%) foram graduais e 78 (22,5%) inundações bruscas (HERRMANN, 2005, p. 135).

A relevância do estudo dos desastres pela história na mesorregião não se dá apenas pela sua ocorrência, o que leva em consideração as características únicas da região que é delimitada no oeste pelas escarpas da Serra Geral e ao leste pelo oceano. Ao longo dos últimos 35 anos, o Sul de Santa Catarina se converteu na mesorregião com maior produtividade de arroz pré-germinado irrigado do estado, o que contribuiu significativamente para a transformação da paisagem e potencializou a produção e/ou o impacto dos desastres. Além dos desastres que incidem sobre o sul catarinense, outros problemas ambientais também fazem parte do cotidiano da mesorregião, destacando-se os problemas relativos à poluição das águas devido à mineração e conflitos pelo uso da água por causa da demanda hídrica gerada pelo do cultivo do arroz irrigado (LOPES, 2015).

O antropólogo Anthony Oliver-Smith esclarece que uma multiplicidade de acontecimentos pode ser enquadrada na categoria de análise desastre, entretanto alguns elementos são centrais para categorização e compreensão dos mesmos. No tocante à variabilidade externa referem-se a uma larga gama de objetos, fenômenos tidos como naturais e tecnológicos que geram ou desencadeiam tipos diferentes de impactos físicos. Um dos pontos centrais para conceituação do desastre está em perceber sua variabilidade e complexidade. Oliver-Smith enfatiza que a variabilidade se refere à imensa gama de fenômenos de caráter natural e tecnológico que geram gatilhos de desastres e produzem diferentes tipos de impactos físicos (OLIVER-SMITH, 1999).

Nesta perspectiva, “os desastres são eventos totalizantes” (OLIVER-SMITH, 1999, p.20), pois neles se desenrolam todas as dimensões da formação da estrutura social. Não se pode esquecer que, a complexidade também está envolvida em uma multiplicidade de perspectivas que variam de acordo com os indivíduos e grupos impactados ou participantes dos eventos ou processos. O antropólogo enfatiza que o estudo dos desastres, além de analisar eventos específicos no tempo e no espaço, deve empreender uma abordagem processual que inclua o acontecimento desastre e as formas de lidar com ele dentro do seu contexto.

Desastres normalmente são rotulados como eventos não rotineiros, desestabilizantes, causadores de incerteza, desordem e colapso sociocultural. Nessa lógica, são percebidos como acontecimentos que produzem a disrupção da rotina vivida e dos sistemas de compreensão (OLIVER-SMITH, 1999, p. 23). Contudo, deve-se partir do pressuposto que alguns grupos, mas poucos, estão cientes em habitar áreas denominadas de risco, isso não quer dizer que houve uma escolha pela área. Muito pelo contrário, não raro, o estabelecimento em áreas de risco é fruto da segregação espacial, ou seja, a tácita aceitação da “normalidade” pode produzir a ideia de disrupção, mas quando visualizada numa escala temporal distante do acontecimento, põe por terra a ideia de segurança e ordem.

A ideia de disrupção tem um papel fundamental para a compreensão da noção de normalidade, entretanto não deve ser o ponto focal para o entendimento do fenômeno desastre, em razão dele não estar apenas inscrito numa curta duração temporal. Essa mesma questão é levantada durante a análise das narrativas dos entrevistados, a fim de buscar compreender até que ponto os desastres são realmente entendidos como fora da normalidade.

Caminhando para além da noção do desastre como um acontecimento único, este artigo se ampara na História Ambiental para entender como as percepções e as memórias dos indivíduos inseridos no ambiente podem ajudar na redução do risco de desastres. José Augusto Pádua enfatiza que, se até o século XVIII as indagações humanas sobre o

mundo natural giravam em torno de como a natureza influenciava a história humana (PADUA, 2010), com o advento da Revolução Industrial e diversificação das formas de apropriação dos recursos naturais, as indagações começaram a girar em outro sentido, pautadas em sua maioria na racionalidade de uso indiscriminado dos recursos naturais. O juízo de que a ação humana poderia interferir no meio natural e até causar desastres surgiu no final do século XIX, mas só se disseminou mundialmente no início da década de 1970 (PADUA, 2010). Assim, a História Ambiental busca repensar o ser humano dentro do quadro mais amplo da história do planeta, “o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (PADUA, 2010, p. 86).

Em cada desastre os afetados são tratados e retratados de forma diferenciada pelos periódicos nacionais e estaduais, fruto de transformações nas formas das instituições governamentais lidarem com os flagelados. Diferenças significativas estão presentes na maneira com que as memórias coletivas se articulam em cada cidade ou localidade, fruto das distintas condições locais para subsistência dessas formas de lembrar (LOPES, 2018). Contudo, o que pretendemos demonstrar é que há uma soma entre vulnerabilidade social e de gênero, o que potencializa as dinâmicas de risco conforme o tipo e a intensidade do desastre.

À medida que os estudos sobre desastres ganham volume e profundidade em escala mundial, a percepção dos vários fatores inscritos na vulnerabilidade também é reexaminada. A geógrafa Maureen Fordham cita vários exemplos, em *Gender, Sexuality and Disaster*, de casos de violência com base nas relações de gênero durante e após os desastres. O ponto central do argumento de Fordham é que as mulheres, em comparação com os homens, se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade nesses momentos de excepcionalidade (FORDHAM, 2012). Para a geógrafa, as “desigualdades baseadas no gênero não são inatas ou biológicas, mas socialmente construídas” (FORDHAM, 2012, p. 433).

## Metodologia

As fontes principais dessa pesquisa são as entrevistas de homens e, principalmente, mulheres que vivenciaram situações extremas durante e após os eventos catastróficos. A História Oral foi utilizada como metodologia de pesquisa que propiciou a construção de narrativas por parte das entrevistadas e entrevistados. Como destaca Paul Thompson, a possibilidade de registrar a fala dos mais variados indivíduos, permitiu que esses depoimentos servissem de voz para os mais variados segmentos sociais, que embora fizessem parte dos acontecimentos históricos, eram excluídos por muito tempo (1992). Ao avaliar a história das mulheres, o historiador constatou que mesmo depois do surgimento da História Oral, suas vozes continuavam silenciadas, “até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada” (THOMPSON, 1992, p. 134).

Com o amadurecimento teórico e metodológico a História Oral passou a rever alguns pressupostos muito caros a metodologia nos seus anos iniciais. Verena Alberti lembra em seu trabalho “As histórias dentro da História” que, por muito tempo a simples narrativa dos excluídos já se fazia entender como História, o que ocorreu em função das justas

demandas por direitos humanos em nível global. Contudo, segundo a historiadora faz-se necessário compreender as fontes orais como fontes, o que implica a uma crítica geral às mais diversas intencionalidades contidas no material coletado (ALBERTI, 2006).

Losandro Tedeschi discute que a aproximação dos estudos de gênero com a História Oral se dá em virtude dos discursos dos “novos protagonistas” da História ainda não estar presente no âmago da História, são ainda entendidas como narrativas marginais. Desta forma, a

história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a História das Mulheres e os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem dos silêncios da historiografia. A palavra é como uma expressão, como comunicação e como uma forma de favorecer a alteração da situação e condição das mulheres (TEDESCHI, 2014, p. 57).

As entrevistas foram realizadas no formato história de vida, em que os entrevistados narravam suas memórias sobre a própria existência fazendo relações com os desastres que foram experienciados ao longo da própria vida. Dado o caráter traumático dos acontecimentos, no primeiro momento foi apresentado o questionário para os entrevistados que aceitaram conceder as entrevistas. Curiosamente, apenas duas mulheres na cidade de Araranguá (no extremo Sul de SC) não aceitam conceder entrevista, na percepção delas, apesar de terem presenciado diversas enchentes não moravam mais na região afetada, havia uma clara percepção de que com a melhora na condição de vida, não queriam mais serem entendidas como vulneráveis. Desta forma, percebeu-se que apesar de se tratar de memórias traumáticas, as entrevistadas e entrevistados sentiam necessidade de visitar esses acontecimentos por meio das entrevistas.

Foram realizadas um total de 27 entrevistas nas áreas de risco das cidades de Araranguá, Balneário Gaivota, Praia Grande, Jacinto Machado São João do Sul, Sombrio, Treze de Maio e Tubarão<sup>1</sup>. Ao longo da produção das entrevistas, de 2011 a 2013, foi possível perceber que para além da vulnerabilidade social, havia uma outra vulnerabilidade constante na fala, principalmente, das mulheres. Das 11 mulheres entrevistadas, 9 trouxeram em suas memórias elementos que demarcavam a vulnerabilidade de gênero. Assim, pode-se evidenciar que, a vulnerabilidade em função das construções e percepções de gênero foram constantes nas memórias das sobreviventes dos desastres.

## A Estrutura da Vulnerabilidade

Nas entrevistas realizadas no Sul de Santa Catarina, surgiram várias respostas sobre o que se esperava de homens e mulheres durante os desastres, inclusive nos momentos anteriores e posteriores a eles. Foram diversas as percepções e suas negociações. Do ponto de vista das relações de gênero, o que se buscou encontrar foi o lugar dessas pessoas, homens e mulheres, no momento do desastre. Assim, espera-se compreender tais expectativas (sociais) e lugares (também sociais) expõem os indivíduos a diferentes cenários de risco.

<sup>1</sup> Conforme estrutura a metodologia da História Oral, as entrevistadas e os entrevistados concederam permissão oral e escrita para o uso das entrevistas para fins não comerciais e de pesquisa acadêmica. Destaca-se que, quando as entrevistas foram realizadas durante o Projeto Desastres Socioambientais de Santa Catarina, ainda não havia, na Universidade Federal de Santa Catarina, sido estipulado que as pesquisas de História Oral deveriam submeter seus projetos ao Comitê de Ética para Pesquisa Pesquisa com Seres Humanos. Por isso, são utilizados pseudônimos no momento de citar os entrevistados neste trabalho.

Conforme Adriana Piscitellei (2002), há uma expectativa genérica sobre homens e mulheres ideais. Algo como representações estanques para esses sujeitos que não se alicerçam na realidade. Pois a vida cotidiana é marcada por situações que exigem muitas negociações, que exigem articulações, que investem de especificidade a trajetória e a experiência dos sujeitos. Portanto, as categorias homem e mulher, em si, pouco informam sobre sujeitos reais, especialmente, em situações extraordinárias como desastres, por exemplo. Entrevistada A

A agricultora de Balneário Gaivota Entrevistada A (54 anos), que depende da pequena propriedade, onde ela e o marido são a única mão de obra, explica que, durante a passagem do Furacão Catarina em 2004, seu marido estava “morrendo de medo”. Quando perguntada sobre a sua condição ela respondeu:

E.: Tu não te assustou?

Entrevistada A: Não... porque nessas horas alguém tem que ter... mais coragem digamos assim, porque “tá” o casal se fica os dois apavorado quem que vai dar coragem... força um “pro” outro? (ENTREVISTADA A, 2011)

Interpretar a resposta da agricultora familiar como inscrita dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, que impera no meio rural, pode ser uma armadilha, pois a resposta não oferece subsídios concretos para perceber o estabelecimento dessas relações, mas, sim, uma aceitação prática de que deveria ter coragem já que o companheiro estava com medo. Contudo, a resposta de Seoni oferece um caminho para rever o argumento presente na fala de alguns dos homens entrevistados sobre a preponderância da agência no instante em que a normalidade parece abalada.

Mostraram-se recorrentes nas entrevistas com homens dois tipos de percepção: igualdade entre homens e mulheres, tanto no que confere à capacidade de agir, quanto ao sofrimento; ou a preponderância da ação masculina em virtude da força física. Para o agricultor da comunidade do Caruru, no interior de Tubarão, Entrevistado B (52 anos), na hora do desastre todos sofrem do mesmo jeito, e ao lembrar os deslizamentos de 1974 explica que todos ficaram “anestesiados”, pois nunca imaginavam que aquilo poderia acontecer (ENTREVISTADO B, 2011).

A defesa da necessidade da força aparece naqueles que percebem a agência masculina com fundamental ou exclusiva, como foi o caso da estudante de Praia Grande, Entrevistada C (17 anos), estudante do ensino fundamental e moradora da zona rural. Vale ressaltar que a experiência de desastre contada por ela é referente à enchente de 1995 quando ela tinha apenas um ano de idade. Sua lembrança é exclusivamente amparada na memória familiar e coletiva, o que leva a crer que sua percepção das relações de gênero é pautada por um senso comum ainda bastante alicerçado em valores compreendidos como machistas, orientados por uma compreensão patriarcal de mundo, no qual o homem deve proteger a mulher, por ser portador de mais força física (CASTAÑEDA, 2006).

Parece relevante colocar em tela um suposto ideal de masculinidade que ronda a constituição da sociedade ocidental. Uma masculinidade erguida sob a égide da violência, da agressividade, da virilidade, da coragem e do destemor (CONNELL, 1987). Talvez, esses sejam os valores perseguidos a fim de que se seja um homem de verdade. A agência masculina está muito articulada a esse entendimento. Às mulheres, se espera, exatamente o contrário, sobretudo em situações de normalidade. O lugar do feminino é dentro de casa, cuidando do lar, dos filhos. Das mulheres se espera afeto, sensibilidade, candura, medo (BEAUVOIR, 1960). Pelo menos em situações ordinárias da vida



cotidiana. E, mesmo nos desastres, a mulher que se investe, durante o imponderável, de alguns valores associados ao masculino, parece que ela deixa de ser “mulher de verdade”. Não se concebe o desempenho dessas performances como variações de um “ser mulher”, mas de um trânsito que potencialmente as aproximam dos homens. Porque na nossa sociedade, o masculino, o homem, é o referente hegemônico (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013; CASTAÑEDA, 2006)

Em Araranguá, o Entrevistado D (61 anos) esclarece seu ponto de vista sobre o aumento do número de mulheres na construção civil, campo de trabalho assumidamente masculino. Contudo, não deixa de basear a sua capacidade de ação nos momentos de crise no uso da força.

E hoje claro isso é diferente, estão trabalhando fora, esse negócio todo, né? Foi um grande avanço. Mas... e esse teu questionamento aí sobre a questão do homem e da mulher mediante um evento climático ou desastre natural, eu penso que tenha a mesma relação que esses conflitos, dessas propostas dessas mulheres de querer mais espaço, por exemplo, dentro da construção civil. Eu acho que... Eu adoro as mulheres, eu acho que é o sexo mais forte, mas não forte fisicamente. Mas uma mulher na construção civil não renderia o mesmo tanto que um homem. Mas o homem por natureza tem o físico mais forte para levantar uma coisa pesada, também no caso de uma enchente, às vezes tu vai andar num, fazer um salvamento por exemplo, pegar coisas pesadas, empurrar um barco, um carro. E as mulheres eu acho que seria mais para cuidar dos flagelados, né?!(Entrevistado D)

Por mais que seja evocada como legitimadora da condição masculina, torna-se interessante perceber que só em um momento de todas as entrevistas a força física foi descrita como essencial à sobrevivência, no caso do Entrevistado E (72 anos), único sobrevivente em Treze de Maio. O Entrevistado D ilustra sua narrativa com uma série de exemplos que colocam as mulheres na condição de passividade, onde o melhor que se pode ser feito é cuidar dos flagelados. Essa é uma compreensão clássica, como dissemos acima, das expectativas do senso comum sobre os lugares naturalizados de homens e mulheres. O curioso nesse caso é que o Entrevistado E não relaciona sua sobrevivência à sua força ou mesmo masculinidade, mas a sua vontade de chegar em casa e a promessa que fez à Nossa Senhora e sua teimosia. Ao ser perguntado sobre quem seria mais ativo e “por quê?”, foi enfático. “Olha isso daí manda muito, né. Por que hoje tem muito assim, o homem obedecer a mulher [esposa ria alto], mas sobre essas coisas a mulher tem mais medo e o homem é mais teimoso, né?” (ENTREVISTADO E, 2011). O agricultor vê a teimosia como elemento preponderante para lidar com o desastre, em contraste com o medo, com base na sua experiência produz a diferenciação da forma de lidar com o ambiente.

A percepção das mulheres sobre as relações de gênero se mostrou mais complexa que a dos homens. Para a Entrevistada F (47 anos), agricultora do interior de Tubarão, o que define a forma como e onde homens e mulheres agem durante o desastre está relacionada à preocupação com os filhos.

E.: Para a senhora quem é mais ativo na hora da enchente, o homem ou a mulher?

Entrevistada F: Ah, eu acho que é o homem, porque a mulher não vai correr, ela vai ficar junto.

E.: Junto com os filhos?

Entrevistada F: É (ENTREVISTADA F, 2011).

A agricultora define os lugares de cada um com base na preocupação da mulher para com seus filhos. Essa lealdade certamente está ligada, na compreensão da entrevistada, ao instinto materno, nesse ponto por mais que veja o homem como mais ativo, e até valorize esta adjetivação, é sobre os ombros da mulher que recai a tarefa mais honrada. Tanto que Nilza destaca, “porque a mulher não vai correr” que pode soar até mesmo como, porque a mulher não vai fugir. Pode-se perceber aqui, que a atividade também está ligada na percepção da entrevistada a possibilidade de movimento. A mulher só pode se movimentar nos momentos de desastre se levar consigo seus filhos, está presa ao ambiente doméstico.

Assim, a dicotomia do homem no espaço público e da mulher no ambiente privado, discutida por Suely Souza Almeida (1997), mantém-se nos momentos de desastre. A ideia de feminino foi, por muito tempo, indissociável da reprodução. Mãe e mulher foram, boa parte da história, sinônimos. Não se admitia uma mulher que não entendia a maternidade como parte significativa do seu processo de ser mulher (BUTLER, 2003a). A maternidade e a reprodução foram estruturantes de certa concepção legitimada do ser mulher e da constituição do feminino. Por isso, não é extraordinária a preocupação da Entrevistada F com os filhos. Mas ela informa mais que isso. Ela informa como a nossa sociedade é atravessada pelas relações hierárquicas de gênero.

A Entrevistada G (40 anos), contadora em Praia Grande, não tem dúvidas, e solta uma grande gargalhada, ao ser perguntada sobre quem é mais ativo.

E.: E nessa hora da enchente, quem é mais ativo para a senhora? O homem ou a mulher?

Entrevistada G: [risos] A mulher! [risos]

E.: A mulher? Por que a mulher?

Entrevistada G: Porque a mulher tem que carregar tudo para cima! O homem não! [risos]

E.: O homem não faz muita coisa nessa hora?

Entrevistada G: [risos] Aqui não! Eu falo aqui na minha casa, né? (ENTREVISTADA G, 2011)

A contadora tem clara noção da jornada dupla de trabalho dividida entre casa e empresa. Em momentos da entrevista explica que seus familiares, notadamente os homens, em 1974 estavam observando as encostas dos morros e o leito dos rios para, de certa forma, monitorar a situação de risco. Enquanto isso, o trabalho pesado de levantar as coisas e arrumar a casa para a chegada da enchente cabia às mulheres (ENTREVISTADA G, 2011).

A professora de Praia Grande, Entrevistada H (66 anos), tem fortes lembranças da enchente de 1974, tanto pela destruição causada, quanto por ter sido como arrimo da família.

E.: E como é que foi a reação em casa? Por que tem gente que vê a reação do homem e da mulher às vezes é diferente?

Entrevistada H: É, lá em casa aconteceu isso. Só que eu segurei as pontas. Porque o meu marido quando viu que tinha ido tudo embora, e ele devia parte desse feijão que ele tinha comprado, ele devia. Aí eu disse pra ele, eu disse “pode deixar... porque eu trabalho”, né? (ENTREVISTADA H, 2011)

A sensação de empoderamento da professora é intensa na fala. Ela lembra que, graças ao trabalho dela, a família conseguiu superar as dificuldades dos primeiros momentos do pós-desastre. O marido agricultor também é retratado como significativo no processo de retorno da normalidade, ao aproveitar o financiamento oferecido pelo Governo

Federal “para realmente investir” (ENTREVISTADA H, 2011). Nesse caminho, também ficou evidente a sensação de empoderamento da mulher durou até os primeiros momentos após a enchente, à medida que a situação de normalidade se concretizava o controle sobre as finanças da família voltava ao marido.

As lembranças da professora Entrevistada I (39 anos) se mostram muito interessantes, pois o contraste entre a infância em Araranguá e a atual vida adulta em São João do Sul e Praia Grande revela uma elaborada percepção da negociação silenciosa que realizou depois do casamento. Em virtude de seu pai ser viajante, a mãe vivenciou uma relativa independência, tanto que é descrita pela filha como forte e decidida, e cabia a Entrevistada I cuidar dos avós quando as águas do Rio Araranguá começavam a subir na localidade da Barranca, em São João do Sul, mais próxima das encostas da Serra Geral, a situação mudou.

Entrevistada I.: Em casa eu acabo deixando muita coisa pro marido até, e fico na questão dos filhos, porque a gente tem um instinto maternal né, e meus filhos eram pequenos, eu fui ver se eles tinham acordado de madrugada, eles não tinham acordado eu ficava mais desse lado, e ele que ficava pra ir na rua, olhar e tal, mas precisar... eu não tenho medo e acho que fossem assim lá em casa é meio a meio, não teria. Se tivesse que ir na rua botar o pé no lodo, sair enfim, buscar alguma coisa recurso, eu tenho certeza que seria igual. Por essa minha infância, e meu pai nunca estar em casa e minha mãe é que tomava conta da casa e dos pais dela, então não teria esse problema, mas em geral sempre, é lógico, é mais o perfil masculino né, as mulheres tendem a se tornar ou se deixar mais frágeis, apesar de que eu sinto, no caso de necessidade que não tem marido a mulher tem que força né, vai pra defender o seu filho e si mesma...(ENTREVISTADA I, 2011).

A experiência com a relação da mãe com a ausência do pai possibilitou a Entrevista I perceber que os lugares normalmente atribuídos aos indivíduos com base nas relações de gênero são instáveis e negociáveis. Para a professora da pequena cidade catarinense as mulheres não são frágeis, elas tendem a se tornar ou, até mesmo, se deixar perceber assim. Nesse contexto, a fragilidade não é entendida como parte de uma suposta “natureza feminina”, mas produzida pelos arranjos sociais, arranjos esses que a Entrevistada I conscientemente e silenciosamente aceita, para não abdicar do lugar ao lado dos filhos.

A partir da compreensão de gênero como performance, parece necessário colocá-lo em articulação com outras categorias de diferenciação (PISCITELLI, 2008) no sentido de compreender como melhor se constituem os sujeitos envolvidos no contexto de desastre, por exemplo. O que estamos tentando dizer é que, se gênero é resultado das especificidades de determinado conjunto de entendimento de certo grupo cultural, ele, por si só, não é categoria explicativa de uma realidade. Assim, por meio do debate das interseccionalidades, somos levados a pensá-lo em articulação com alguns marcadores sociais da diferença, tais como, classe, raça, território, escolarização, entre outros. Já que uma mulher, por exemplo, não é apenas uma mulher. Essa mulher é marcada pelo seu pertencimento a uma hierarquia de classe. Essa mulher tem uma cor/raça. Um grau de escolarização. Ela mora em determinado local. A intersecção entre essas categorias aloca esse sujeito mulher em um lugar muito específico. Logo, há idiosincrasias próprias a esse sujeito e que precisam ser considerados, pois são elas que constituem essa mulher e o lugar social no qual ela está investida.

No intuito de oferecer novos olhares nas pesquisas sobre desastres, as sociólogas Elaine Enarson, Alice Fothergill e Lori Peek assumem que, em virtude dos desastres serem construções humanas que refletem a distribuição

em nível global do poder e o uso dos ambientes naturais e construídos, as relações de gênero aparecem como na organização primária das sociedades. Assim, diferentemente da reflexão de Butler (2003), as pesquisadoras não defendem uma realidade essencialmente cultural. As sociólogas partem do pressuposto que há uma materialidade pretérita ao pensamento humano e que as manifestações culturais interagem com tal materialidade a fim de construir e compreender a realidade. Por fim, defendem que as pesquisas de gênero proporcionam um contato mais sofisticado dos pesquisadores com os conhecimentos das pessoas sobre o ambiente (ENERSON *et al* 2006).

No Brasil, a socióloga Mariana Siena avalia a questões a de gênero desigualdade de gênero potencializadas pelas vulnerabilidades sociais das populações de baixa renda. Na análise da pesquisadora são destacadas as representações femininas diante dos momentos de crise, nesse contexto são responsáveis pelo fortalecimento das estruturas de suporte social, incluindo a preservação de sua rede de convivência para fortalecer sua cidadania (SIENA, 2008). Destaca-se que, dentro da sociedade opressiva e desigual, essas mulheres potencializam sua capacidade de agir sem transformar as tradicionais estruturas sociais.

## Considerações Finais

As desigualdades de gênero são um dos pontos que podem ser analisados nos estudos sobre os desastres. A História Oral permite o acesso a percepções e narrativas que há algumas décadas eram desprezados ou impossíveis de serem catalogados em virtude da falta de um micro gravador. Assim, a catástrofe é entendida como um acontecimento totalizante, que se desenrolam todas as dimensões da vida humana. A crença da suspensão da normalidade pôde ser reavaliada neste trabalho, pois percebeu-se que antes, durante e após os desastres a interação social e ambiental se ampara nos arranjos sociais e construções culturais previamente estabelecidos. Desta forma, a manutenção da desigualdade nas relações de gênero nos momentos de desastre demonstra que não há uma transformação contundente das condições que estruturam sociedade.

No tocante à vulnerabilidade, na base deste conceito está a ideia de suscetibilidade a acontecimentos de caráter negativo, entretanto a vulnerabilidade é um conceito dinâmico, que deve ser referencializado, pois não é uma propriedade de indivíduos ou grupos, mas construído em uma complexa teia de relações sociais e processos (HILHORST; BANKOFF, 2008). O que se percebeu nos desastres é que, em função da construção social da ligação da mulher com o espaço privado e do homem com o público, há um agravamento da vulnerabilidade.

Desta forma, como cabe ao homem “olhar o rio”, cabe a mulher “cuidar da casa”. Como destacou Almeida (1995), na dicotomia público/privado se dá a exclusão da mulher do exercício da cidadania. Uma vez confinadas ao interior das casas, na condição de cuidadora dos filhos ou de responsáveis pelo salvamento da mobília, não são capazes de perceber a transformação das dinâmicas das inundações ou deslizamentos e são mais suscetíveis a serem vitimadas pelo desastre. Por mais que surja um deslocamento nessas situações extraordinárias dos arranjos sociais instituídos, não há transformação na configuração da sociedade que é estruturada a partir do protagonismo do homem.

As pesquisas na interface entre meio ambiente e gênero podem conduzir a um paradoxo epistemológico. Se, por um lado, para Butler (2003) a realidade se constitui enquanto uma construção discursiva por meio da cultura; por outro,

para a História Ambiental (WORSTER, 2003; PÁDUA, 2010) a realidade material condiciona e é condicionada pela ação humana. Independente da perspectiva analítica, há uma permanência muito flagrante, a recorrência da vulnerabilidade, constituída a partir da configuração desigual da sociedade, que no contexto deste trabalho é potencializada pela ocorrência do desastre.

**Referências:**

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: \_\_\_\_ PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: público X privado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.
- BANKOFF, Greg. Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). *Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history*. Plymouth: Lexington Books, 2009. p.137-169
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cad. Pagu* [online]. 2003a, n.21, pp.219-260.
- CASTAÑEDA, Marina. *Machismo Invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, 2005, p. 11-30.
- CONNELL, Raewyn. *Gender & Power*. Cambridge, UK: Polity Press, 1987.
- CONNELL, Robert.; MESSERSCHMIDT, James. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.
- ENARSON, Elaine; FOTHERGILL, Alice; PEEK, Lori. Gender and disaster: Foundations and directions. In: RODRÍGUEZ, H.E.; QUARANTELLI, L.; DYNES, R.R. *Handbook of disaster research*. New York: Springer, 2006. p. 130–146.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 09-79, 2001.
- FORDHAM, Maureen. Gender, sexuality and disaster. In: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). *The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction*. New York: Routledge, 2012. p. 424-435.
- HERRMANN, Maria L. de P. (Org.). *Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 2005.
- HILHORST, Dorothea.; BANKOFF, Greg. Introduction: mapping vulnerability. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. *Mapping Vulnerability: disasters, development and people*. London: Earthscan, 2008. p.1-10.
- KOBIYAMA, Masato; MENDONÇA, Magali; MORENO, Davis A.; MARCELINO, Isabela P. V. O.; MARCELINO, Emerson. V.; GONÇALVES, Edson F.; BRAZETTI, Letícia L. P.; GOERL, Roberto F.; MOLLERI, Gustavo S. F.; RUDORFF, Frederico *Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos*. Curitiba: Organic Trading, 2006. 109 p.
- LOPES, Alfredo R. S. Castigo do Céu ou Provação Divina: Consciência Histórica dos Desastres no sul de Santa Catarina (1974-2004). *Territórios e Fronteiras (UFMT. Online)*, v. 11, p. 324-340, 2018.
- LOPES, Alfredo R. S. *Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.
- OLIVER-SMIYH, Anthony. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In.: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. London: Routledge, 1999.
- PADUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68. 2010, p. 81-101.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In. ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 (p. 116-149).
- SEDREZ, Lise MAIA, Andreia C. N. 2011. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1964. *História Oral*, v. 2, 1966. p. 221-254.
- SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória. In.: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. de S. *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p.185-202.
- SIENA, Mariana. A vulnerabilidade social diante das tempestades: da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES,

- J. C.. (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009, p. 69-79.
- STEINBERG, T. *Acts of God - The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- TEDESCHI, Losandro A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS : UFGD, 2014.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- VANCE, Carole S. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. *Physis* [online]. 1995, vol.5, n.1, pp.7-32.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade* v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.

*Submissão: 20/04/2020*

*Aceite: 03/02/2021*